



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO PAULO
CAMPUS OSASCO**



THAYNA FERNANDA PARMINONDI MORAES

‘

**NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM
CONFORMIDADE COM A NBC T-15 DAS COMPANHIAS DO
SETOR DE CARNES E DERIVADOS LISTADAS NA B3**

OSASCO - SÃO PAULO

2021

THAYNA FERNANDA PARMINONDI MORAES

NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM
CONFORMIDADE COM A NBC T-15 DAS COMPANHIAS DO
SETOR DE CARNES E DERIVADOS LISTADAS NA B3 NO
SEGMENTO DO NOVO MERCADO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para
obtenção do título em Ciências Contábeis, a
Escola Paulista Política Economia e
Negócios da Universidade Federal de São
Paulo - Campus Osasco.

Orientador: Professor Doutor Marcelo
Rabelo Henrique

OSASCO - SÃO PAULO

2021

Moraes, Thayna Fernanda Parminondi.

Nível de evidência socioambiental em conformidade com a NBC T -15 das companhias do setor de carnes e derivados listadas na b3 no segmento do novo mercado/ Thayna Fernanda Parminondi Moraes – Osasco, 2021

32 f

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de São Paulo- Campus Osasco, 2021.

Orientador: Professor Doutor Marcelo Rabelo Henrique.

1. Responsabilidade Socioambiental. 2. Relatórios de Sustentabilidade. 3. NBC T-15 I. Título.

Dedico esta monografia à minha família que me apoiou desde o início, aos meus filhos, por serem minha força e minha motivação e ao meu marido por não me deixar desistir.

Agradecimentos

Agradeço aos meus amigos que não soltaram minha mão durante toda essa jornada e me apoiaram para que chegássemos juntos nessa reta final.

Agradeço também a equipe do NAE – Núcleo de Apoio Estudantil, que não me deixou desampara em toda a minha trajetória acadêmica, supriu todas as minhas necessidades, me apoiou em todas as dificuldades e não me deixou desistir.

Resumo

O objetivo deste trabalho é evidenciar o nível de divulgação das informações socioambientais das companhias do ramo alimentício atuantes no setor de carne e derivados, listadas na B3 no segmento do Novo Mercado, e tendo como base a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental. Por ser um dos setores que mais agredem e degradam o meio ambiente, é importante analisar e evidenciar o nível de preocupação e responsabilidade socioambiental dessas Companhias, ou seja, analisar as informações necessárias para medir o impacto ambiental causado por essas empresas e o quais as medidas adotadas para preservar e restaurar o meio ambiente. As informações necessárias para medir esse nível de evidenciação foram retiradas dos Relatórios de Sustentabilidade de quatro empresas pertencentes ao Novo Mercado. Através de uma pesquisa documental, descritiva e qualitativa, foi constatado que as empresas não divulgam de forma efetiva suas informações de natureza social ambiental em relação aos quesitos contidos na NBC T-15. Deste modo, também foi constatado, através da análise de resultados, que no período de 2015 a 2018, a qualidade e a quantidade de informações divulgadas tiveram uma drástica redução de 50% para 20% no nível de evidenciação.

Palavras-chave: Responsabilidade Socioambiental. Relatórios de Sustentabilidade. NBC T-15.

Abstract

The objective of this research is to highlight the disclosure's level of socio-environmental informations of companies from the food industry which works with meat and others meat products listed in the "Novo Mercado" segment from B3, based on the Brazilian Technical Accounting Standard 15 (NBC T- 15) - Social and Environmental Information. This sector is the one that most attack and degrade the environmental is importante to analise and show how Much this companies care and are responsible with the environmental, in Other words, analise the main information to measure how this companies impact the environment and what is the actions that the company do to preserve and restore what They have been destroying. The informations used to measure the disclosure comes from Sustainability Reports of four companies that belongs to "Novo Mercado". With a documental, qualitative and descriptive research, the results show that the companies don't disclose their information about socio-environmental in a effective way When it is related to NBC T-15. Furthermore, When the results are compared through the Years, more specific between 2015 and 2018, the qualitative and the amount of information that are disclosed had decrease very hard.

Keyword: Social and Environmental Responsibility. Sustainability Reports. NBC T-15.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Quesito A: Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente.....	9
Tabela 2 - Quesito B: Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados.....	21
Tabela 3 - Quesito C: Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	22
Tabela 4 - Quesito D: Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade.....	23
Tabela 5 - Quesito E: Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	23
Tabela 6 - Comparação dos quesitos avaliados conforme NBC T-15.....	26
Tabela 7 - Percentual de Evidenciação.....	27
Tabela 8 - Padrão de Evidenciação (Faria e Pereira)	28

Tabela 1 - Quesito A: Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Questão de Pesquisa	11
1.2. Objetivo Geral	12
1.3. Objetivos Específicos	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Responsabilidade Social das Empresas	13
2.2 Evidenciação Ambiental	14
2.3 Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental.	15
2.4 Relatório de Sustentabilidade	16
3. METODOLOGIA.....	17
4. COLETA E ANÁLISE DE DADOS	18
4.1. Amostra Analisada.....	18
4.2. Análise de Quesitos	20
4.2.1 Quesito A: Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente.....	20
4.2.2 Quesito B: Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados.....	21
4.2.3 Quesito C: Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.	22
4.2.4 Quesito D: Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade.....	23
4.2.5 Quesito E: Investimentos e gastos com outros projetos ambientais.....	23
4.2.6 Quesito F: Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.....	24
4.2.7 Quesito G: Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.	25
4.2.8 Quesito H: Passivos e contingências ambientais.	25
4.3. Análise Final	26
5. CONCLUSÃO.....	29
6. REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

A indústria da carne tem sido cada vez mais alvo de preocupações com os impactos negativos ao meio ambiente e à saúde, causados pelo consumo excessivo de carne. No entanto, o consumo mundial de carne quadruplicou nos últimos 50 anos, sendo que em 2006 havia 20 bilhões de cabeças de gado no planeta, que seria três vezes o número de habitantes (FAO, 2006), e esses números crescem a cada ano.

Os principais pontos de grande impacto negativo ao meio ambiente são: a emissão de metano para a atmosfera, uma vez que este gás é um dos principais causadores do aquecimento global (UNFCCC, 2006); O desmatamento da floresta Amazônica em função do aumento de pastagem (SMERALDI E MAIO, 2008); e Grande parte da produção mundial de grãos ser destinada à alimentação de animais para abate, uma vez que, milhões de pessoas passam fome no mundo (FAO, 2006).

Com o aumento da conscientização da sociedade esse cenário torna-se cada vez mais preocupante e as cobranças perante as atividades da tem sido cada vez maiores, exigindo cada vez mais a divulgação de informações sobre a abordagem que as empresas utilizam com os cuidados do meio ambiente.

A contabilidade em geral busca registrar e interpretar todos os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade, portanto, a contabilidade ambiental não seria diferente, destacando-se como um recurso para gerir as informações ambientais. Desde modo, segundo Kosztrzepa (2004), a contabilidade ambiental é capaz de evidenciar o impacto social e ambiental que as atividades da empresa geram e de que forma esse impacto afeta economicamente e financeiramente a entidade.

Segundo Pires e Silveira, as empresas estão mostrando cada vez mais disposição para entender a importância de gerar e divulgar informações ambientais relacionadas as suas atividades. Mas para outros pensadores, essa pressão social estimula a divulgação de informação falsas que maquiam a realidade das empresas.

Com a finalidade de orientar as empresas sobre quais informações devem ser apresentadas à sociedade e quais os procedimentos para uma melhor a evidenciação desses dados, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, no Brasil,

emitir, em 2004, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental.

A Lei nº 6.938/1981 - Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, que posteriormente foi alterada pela Lei 10.165/2000, classifica todas as atividades em graus de poluição no qual caracterizam três níveis, sendo eles: baixo, médio e alto. As atividades que envolvem em sua produção algum produto de origem animal estão, em sua maioria, classificadas nos níveis médio e alto.

A escolha do setor de carnes e derivados como objeto de pesquisa se deu, não somente por causar um grande impacto ambiental, mas devido aos escassos estudos sobre o tema, uma vez que está sendo o enfoque de grandes debates ambientais.

Este estudo tem como finalidade verificar o nível de evidenciação ambiental e a evolução da divulgação dessas informações com base nas empresas do setor de carnes e derivados listadas na B3 no segmento do Novo Mercado, entre 2015 e 2018, em conformidade com Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental.

A contribuição esperada pela ótica acadêmica é aumentar a gama de materiais para pesquisa futuras relacionadas a evidenciação ambiental, pois é um tema pouco pesquisado. Como contribuição social é esperado que os indivíduos possam olhar de forma diferente os impactos ambientais ao lerem esta pesquisa. No âmbito contábil é esperado que este trabalho demonstre a importância do enrijecimento de leis e normas contábeis no viés ambiental, uma vez que as existentes são orientações e não obrigações.

1.1. Questão de Pesquisa

Este trabalho traz como questão: Qual o nível de divulgação das informações ambientais em conformidade com a NBC T-15 apresentado pelas empresas do setor de carnes e derivados do novo mercado?

1.2. Objetivo Geral

O Objetivo deste estudo foi analisar o nível de evidenciação ambiental segundo a NBC T-15 das empresas do setor de carne e derivados pertencentes ao novo mercado.

1.3. Objetivos Específicos

- Contextualizar a responsabilidade social das empresas;
- Fundamentar a evidenciação ambiental e os relatórios sustentáveis;
- Selecionar e analisar uma amostra de maneira individual;
- Analisar os resultados de forma a comparar com dados obtidos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção será apresentado a contextualização do atual cenário coma os aspectos da responsabilidade social das empresas, a necessidade da evidenciação das informações ambientais, os tratamentos da NBCT-15 e a estrutura do Relatório de Sustentabilidade

2.1 Responsabilidade Social das Empresas

Como reflexo da propagação da conscientização, o conceito de sustentabilidade também alcançou o campo dos negócios. Portela (2008) destaca que independente de quem tenha a responsabilidade na degradação ambiental, a busca de soluções é uma tarefa comum a toda a sociedade. Nesse contexto, a execução do desenvolvimento sustentável também é reconhecida como sendo de responsabilidade das empresas. Frente às mudanças impostas pelo novo cenário, essas empresas têm buscado adaptar-se, motivadas por exigências cada vez maiores, de práticas sustentáveis nos processos, dos seus interessados.

Além da função econômica da empresa, voltada para a maximização de riquezas por meio da venda de bens e serviços, há também a função social, a qual visa o bem-estar social. As empresas desempenham importante papel no desenvolvimento econômico e social dos países, uma empresa não deve almejar somente lucros (LUCA,1998). Existem obrigações, por parte das empresas, no seu relacionamento com a sociedade, tais como a preservação do meio ambiente, a criação e manutenção de empregos, a contribuição para a formação profissional, a qualidade dos bens e serviços e outras que não estão declarados legalmente, mas que são consideráveis para a continuidade da empresa.

Essas obrigações estão relacionadas a uma gestão baseada nos princípios da Responsabilidade Social Corporativa, os quais visam estabelecer um relacionamento ético e transparente das empresas com os seus interessados e definir objetivos que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

A real necessidade de as empresas realizarem ações de responsabilidade social empresarial com investimento social privado, cuja ação, por lei constitucional, necessitaria ser assegurada pelo Estado. Ou seja, o fato que as empresas lidam com pessoas, a sua interação social ultrapassa o viés consumidor e fornecedor. Pois, o Estado não supre toda demanda sobre um determinado bem ou

serviço social essencial para sociedade, e como as empresas fazem parte da sociedade, e sem o bem-estar social de uma população o consumo de bens e serviços das empresas diminuem. (Moraes et al., 2017)

Portanto, é necessário que as empresas tenham uma real preocupação com questões sócias e ambientais, uma vez que, o consumo constante depende disso.

2.2 Evidenciação Ambiental

Os setor empresarial é constantemente cobrado para que suas atividades sejam desempenhadas por meios sustentáveis. As pressões surgem de diversas áreas: sociedade, governo, investidores, instituições financeiras, ativistas e acionistas, principalmente quando se tratam de empresas com alto impacto ambiental.

A evidenciação é o ato de comunicar aos usuários informações relevantes e auxiliar nas tomadas de decisões (Filho, 2000). O conteúdo dessas informações levam em conta as externalidades causadas pelas ações das empresas, mostrando aos interessados seus posicionamentos em relação ao meio ambiente.

As empresas que divulgam relatórios de sustentabilidade tendem a ser mais conceituadas perante aos usuários externos. Pois, empresas que transmitem informações verdadeiras e transparentes destacam-se no mercado, uma vez que, geram menos riscos e transmitem mais segurança. Entretanto, há uma dificuldade em padronizar a evidenciação ambiental entre as empresa, prejudicando as avaliações dessas informações (BORGES, da ROSA, ENSSLIN, 2010).

Burgwal e Vieira (2014) estudaram três variáveis com possibilidade de impactar o nível de divulgação ambiental: tamanho da companhia, setor industrial e lucratividade. Entretanto, chegaram conclusão que a variável lucratividade não afeta a divulgação de forma relevante.

Clinch e Verrecchia (1997) analisaram a variável concorrência e chegaram à conclusão que quanto maior a concorrência, menor é a divulgação voluntária por parte das entidades. Isso devido ao fato das empresas evitarem expor informações que possam ser relevantes para o posicionamento de mercado da uma empresa concorrente.

Albertini (2014) também realizou alguns estudos e concluiu que ao longo dos anos houve uma grande melhora na qualidade e na frequência da divulgação das informações ambientais. Porém, a maioria das informações disponibilizadas são de natureza positiva, as informações de caráter negativo são pouco divulgadas.

2.3 Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental.

A Resolução CFC sob o nº 1.003/04 que aprova a NBC T-15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, emitida em 2004 pelo Conselho Federal de Contabilidade, entrando em vigor em 2006. O intuito da resolução é aumentar o grau de padronização da evidenciação ambiental e social. Pois, a resolução define procedimentos a serem seguidos pelas empresas ao evidenciar informações de natureza social e ambiental, a fim de expor à sociedade sua colaboração e responsabilidade social.

Entretanto, as empresas tem a opção de considerá-la ou não, pois se trata de uma resolução e não uma lei, ou seja, as empresas divulgam suas informações socioambientais de forma voluntária. Contudo, ao considerar a resolução, as informações devem ser apresentadas pelas organizações de acordo com os procedimentos determinados pela NBC T -15. Importante destacar que tal evidenciação, quando realizada, deve ser divulgada de maneira complementar às demonstrações contábeis das empresas (CFC, 2004).

Deste modo, classificam-se como informações de natureza social e ambiental: a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com a comunidade e a interação com o meio ambiente. Observa-se que o último indicador é o que discorre, especificamente, a respeito de fatos ambientais. As informações relativas à interação da empresa com o meio ambiente a serem evidenciadas são:

- a) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; b) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; c) Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; d) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; e) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais; f) Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; g) Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas

administrativa e/ou judicialmente; e, h) passivos e contingências ambientais. (NBC T – 15, 2004)

2.4 Relatório de Sustentabilidade

Elaborar relatórios de sustentabilidade que visam de mensurar e divulgar os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas das organizações vem sendo uma prática incorporada por diversas empresas. As empresas, cada vez mais, tem percebido os benefícios de divulgar este relatório, que transmite maior transparência e integridade sobre o envolvimento com a sustentabilidade das organizações, transformando-o em um forma de melhorar a relação entre a sociedade e meio ambiente (ROSSELTTO, COELHO e DALFOVO, 2013).

A divulgação destes relatórios tem por objetivos: apoiar e facilitar a gestão das questões de sustentabilidade das empresas de maneira sistemática, divulgar os riscos e oportunidades e construir uma reputação corporativa mais transparente. Estas informações também podem servir às demandas crescentes da sociedade e como resposta às cobranças para que as empresas explicitem suas ações de responsabilidade socioambientais e atuações no ambiente em que estão inseridas, visto que posturas consideradas ambientalmente corretas estão sendo valorizadas em muitos mercados consumidores (BASSETTO, 2010).

As organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou aderir a um já elaborado, como exemplo da GRI - Global Reporting Initiative, do Ethos, do Ibase e do Akatu. Entre estas pode-se destacar a adesão à GRI pois, das 250 maiores corporações do mundo, 93% relatam seu desempenho em sustentabilidade e 82% delas usam os padrões da GRI para fazê-lo ou informalmente utilizam as diretrizes para divulgação de suas práticas de sustentabilidade (GRI, 2017).

3. METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos, foi realizada uma pesquisa documental na qual propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. E preciso interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. Uma vez que, os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido (MAY, 2004)

O trabalho tem como objetivo de estudo uma pesquisa descritiva, que de acordo com Lehman e Mehrens (1971) é a investigação que procura determinar natureza e grau de condições existentes. Uma vez que há possibilidade de poder coletar dados de uma única amostra ou de mais de uma amostra, como também poder trabalhar com uma ou mais variáveis, sem o intuito de estabelecer relações ou fazer previsões. Tem como único propósito descrever condições existentes (LEHMAN; MEHRENS, 1971).

Os parâmetros de abordagem é classificado como uma pesquisa qualitativa, na qual, não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997).

Como parâmetros para avaliações individuais dos critérios de evidenciação, serão atribuídas notas de zero a cinco, onde 0 será atribuído quando o quesito não for cumprido e cinco quando o quesito for totalmente completado. Os dados podem ser verificados na tabela 7, sendo, na última linha, indicado o percentual individual da divulgação dos quesitos no Relatório de Sustentabilidade de cada empresa e podem ser comparados entre os períodos, cuja pontuação máxima poderia ser de 40 pontos.

4. COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os dados serão extraídos dos Relatórios de Sustentabilidade disponibilizados pelas empresas da amostra. As informações serão avaliadas conforme critérios definidos pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental. O período a ser analisado e comparado será de 2015 a 2018.

No que diz a respeito à aplicação dos conceitos, este estudo utilizará a pesquisa desenvolvida por Faria e Pereira (2009), na qual as autoras, em função do nível de evidenciação, definiram o percentual dos critérios fixados como ruim, regular, bom e ótimo. A empresa que atender até 25% dos critérios irá receber o conceito ruim. Caso a empresa venha atender de 26% até 50%, obterá o conceito regular; atendendo de 51% até 75%, a empresa receberá o conceito bom; e, por último, a companhia que atender de 76% até 100% atingirá o nível de evidenciação de conceito ótimo.

4.1. Amostra Analisada

A amostra foi escolhida de acordo com as empresas do ramo de carnes e derivados que são pertencentes ao novo mercado da B3. São elas: BRF S.A., JBS S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Minerva S.A. A seguir, uma breve apresentação dessas empresas, as quais representam a amostra selecionada para este estudo.

A BRF é uma empresa multinacional brasileira proveniente da fusão da Perdigão e da Sadia. A empresa foi fundada em Santa Catarina em 1934, inicialmente como Perdigão. Atualmente é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas no mercado de capitais há mais de 30 anos, com valor de mercado estimado de R\$ 18,36 bilhões e com uma receita aproximada de R\$ 30,19 Bilhões (BRF, 2018).

A BRF em diversas regiões, trabalha com uma gama de marcas, como: Sadia, Perdigão, Qualy, Kidelli, Golden Foods, Fribo, Claybom, Calchaqui, Chester, entre outras (BRF, 2018).

A JBS S.A. é uma multinacional de origem brasileira de Goiás, fundada em 1953. Atualmente é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas no mercado de capitais, com valor de mercado estimado de R\$ 61,8 bilhões e com uma receita aproximada de R\$ 181.68 bilhões (JBS, 2018).

A companhia opera no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros. Está presente em mais de 15 países, onde, trabalha com marcas como: Friboi, 1953, Swift, Seara, Seara Gourmet, Dorian, Massa Leve, Pilgrim's Pride, Plumrose, Primo, entre outras (JBS, 2018).

Marfrig Global Foods é uma companhia de alimentos à base de proteína animal fundada em 2000. Uma empresa multinacional brasileira, com sede na cidade de São Paulo, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto e com ações listadas na B3. O valor de mercado estimado da companhia é de R\$ 9,21 bilhões e uma receita aproximada de R\$ 29.71 bilhões (MARFRIG, 2018).

A Marfrig, além de operar no Brasil, se instalou na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Estados Unidos. Atua com algumas marcas nacionais, como: Bassi, Bassi Wagyu, Bassi Cordeiro da Patagônia, Steakhouse, Montana Dia a Dia, Montana Premium Beef, Marfrig Profissinal, JG, Pampeano, Palatare, mas também trabalha com diversas marcas internacionais (MARFRIG, 2018).

A Minerva S.A é uma empresa fundada em 1992 em São Paulo. É uma companhia de capital aberto com ações negociadas no mercado de capitais, com um valor de mercado de R\$ 1,49 bilhão e com uma receita de R\$ 16.21 bilhões (MINERVA, 2018).

A empresa atua na comercialização de carne in natura, couros, derivados, na exportação de gado vivo e no processamento de carnes. Por se tratar de uma companhia global, atua diversas localidades como: Argélia, Austrália, Chile, China, Dubai, Egito, Estados Unidos, Hong Kong, Inglaterra, Itália, Líbano, Nova Zelândia, Rússia, Singapura e Taiwan (MINERVA, 2018).

4.2. Análise de Quesitos

A pesquisa utilizará a NBC T.15 – Informações de Natureza Social e Ambiental como base para o desenvolvimento do estudo, observando apenas as informações relacionadas ao meio ambiente. O levantamento de dados foi realizado através dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas escolhidas do período de 2015 a 2018. Os relatórios são publicados pelas empresas, são de fácil acesso e permanecem disponíveis para o público.

Foram retirados desses relatórios os quesitos voltados ao meio ambiente, no qual foram analisados de forma individual e em conjunto para um melhor entendimento. Após a análise, será atribuído uma nota de zero a cinco para verificar a aderência das informações e, também, para realizar a comparação de pesquisa anteriores, mantendo as mesmas métricas.

4.2.1 Quesito A: Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente

O quesito se refere aos gastos com melhorias do meio ambiente. Das quatro empresas analisadas, apenas a JBS deu continuidade à evidenciação desse quesito.

Empresa	2015	2016	2017	2018
BRF	-	-	-	-
JBS	716,6	855,2	806,5	721,1
MARFRIG	7,73	-	-	-
MINERVA	8,8	14,34	-	-

TABELA 1 - Quesito A: Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente
Fonte: Elaborada pela autora

Em, 2015 e 2016, a BRF não evidenciou os valores gastos com melhorias do meio ambiente. Assim como no período de 2017 a 2018 tais investimentos não foram divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade.

A JBS, em 2017, investiu R\$ 806,5 milhões em melhorias ao meio ambiente, o que representa uma diminuição de aproximadamente 6% em relação ao investimento de 2016 no valor de R\$ 855,2 milhões. Em 2018 o investimento foi de

R\$ 721,1 milhões, o que representa uma diminuição de aproximadamente 11% em relação ao ano de 2017.

A MINERVA evidenciou os investimentos e gastos apenas no período de 2015 e 2016. Em 2017 e 2018, não houve menção dos valores investidos com manutenção e melhorias do meio ambiente.

A MARFRIG evidenciou os gastos com manutenção e melhorias apenas em 2015, no período de 2016 a 2018 os valores investidos não foram divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa.

4.2.2 Quesito B: Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados

Quesito referente aos valores destinados a preservação e recuperação de ambientes degradados. Das quatro empresas analisadas, apenas a BRF deu continuidade a evidenciação, deixando de apresentar informações apenas nem 2017.

Empresa	2015	2016	2017	2018
BRF	197,22	249	-	125,45
JBS	-	-	-	-
MARFRIG	14,09	-	-	-
MINERVA	3,46	7,85	-	-

TABELA 2 - Quesito B: Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados

Fonte: Elaborada pela autora

A BRF investiu em 2016 em preservação e recuperação de ambientes degradados aproximadamente 26% a mais em relação a 2015. Em 2017 a empresa não evidenciou os valores gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados. Entretanto, em 2018 foram investidos R\$ 125,45 milhões, o que é aproximadamente metade do valor investido em 2016.

A MINERVA divulgou os valores investidos apenas em 2015 e 2016. Em 2017 e 2018 os valores investidos não foram divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa.

A MARFRIG evidenciou os gastos com manutenção e melhorias apenas em 2015, no período de 2016 a 2018 os valores investidos na preservação e

recuperação de ambientes não foram evidenciados nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa.

Em, 2015 e 2016, a JBS não evidenciou os valores gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados. Assim como no período de 2017 a 2018 tais investimentos não foram divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade.

4.2.3 Quesito C: Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.

O quesito inclui todos os investimentos e gastos com educação ambiental interna, ou seja, gastos com treinamentos, cursos e afins, sobre educação ambiental para seus colaboradores internos. Nenhuma das empresas analisadas deram continuidade a evidenciação de valores.

Empresa	2015	2016	2017	2018
BRF	-	-	-	-
JBS	-	-	-	-
MARFRIG	0,1	-	-	-
MINERVA	0,1	0,1	-	-

TABELA 3 - Quesito C: Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade

Fonte: Elaborada pela autora

De 2015 a 2018 a BRF e a JBS não demonstraram efetivamente em seu Relatório de Sustentabilidade os valores investidos. Entretanto, JBS faz menção a existência programas de educação destinados aos colaboradores internos.

A MINERVA em 2015 e 2016 investiu e evidenciou os valores gastos com educação ambiental interna. Em 2017 e 2018, apresentou programas voltados a educação ambiental interna, mas não dispôs dos valores investidos.

A MARFRIG evidenciou os gastos com educação ambiental interna apenas em 2015. No período de 2017 a 2018 os valores gastos em educação interna não foram evidenciados nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa, entretanto há a menção da existência de tais programas.

4.2.4 Quesito D: Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade

O quesito inclui todos os investimentos e gastos com a educação ambiental externa, ou seja, gastos com treinamentos, cursos e afins, sobre educação ambiental voltado para a comunidade.

Empresa	2015	2016	2017	2018
BRF	121,68	76,84	-	-
JBS	-	-	-	-
MARFRIG	7,04	-	-	-
MINERVA	1,12	0,18	-	-

TABELA 4 - Quesito D: Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade
Fonte: Elaborada pela autora

A BRF evidenciou os valores investidos com educação ambiental externa nos anos de 2015 e 2016. Em 2017 não há menção de valores gastos ou programas. Entretanto, em 2018 a empresa cita programas existentes desde 2013, mas sem evidenciar quaisquer valores.

JBS não demonstrou efetivamente em seu Relatório de Sustentabilidade o valor gasto em educação ambiental externa, mas apresenta a existência de programas de educação ambiental voltados a sociedade no período de 2015 a 2018.

A MARFRIG evidenciou os gastos com educação ambiental externa apenas em 2015. No período de 2017 a 2018 empresa fala sobre a existência de programas de educação ambiental externa, mas deixou de evidenciar os valores investidos.

A MINERVA evidenciou os gastos com educação ambiental externa em 2015 e 2016. Em 2017 e 2018, a empresa mencionou a existência de programas voltados a educação ambiental externa, mas não dispôs dos valores investidos.

4.2.5 Quesito E: Investimentos e gastos com outros projetos ambientais

O quesito se refere aos investimentos e gastos relacionados a outros projetos ambientais. Dentre as empresas analisadas, nenhuma apresentou evidenciação de gastos com outros projetos ambientais.

Empresa	2015	2016	2017	2018
BRF	-	-	-	-
JBS	-	-	-	-
MARFRIG	0,61	-	-	-
MINERVA	-	-	-	-

TABELA 5 - Quesito E: Investimentos e gastos com outros projetos ambientais

Fonte: Elaborada pela autora

A BRF não evidenciou os valores gastos mas cita a existência de outros projetos ambientais no período de 2015 a 2016. Em 2017 cita o investimento em mais de R\$ 100 milhões em projetos ambientais. Entretanto, em 2018 não há evidenciação de valores, apenas a menção da existência de projetos relacionados ao assunto.

Em 2015 e 2016, não consta a análise do Quesito E das empresas JBS e MINERVA. Entretanto, a JBS apresenta em seus relatórios de sustentabilidade diversos projetos ambientais, porém, não há evidenciação de valores gastos do período de 2017 e 2018. A MINERVA não faz qualquer menção de valores ou existência de outros projetos ambientais.

A MARFRIG evidenciou os gastos com outros projetos ambientais apenas em 2015. Em 2017 e 2018 a empresa apenas citou a existência de projetos ambientais, sem evidenciar quaisquer valores.

4.2.6 Quesito F: Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.

O quesito inclui a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. A JBS e a MARFRIG não evidenciaram em seus Relatórios de Sustentabilidade a existência de processos e autuações no período 2015 a 2018.

A BRF recebeu em 2016, 23 processos ou autuações ambientais, administrativas e judiciais. Em 2017 houve apenas duas autuações administrativas e em 2018 não receberam processos ou autuações ambientais.

A Minerva contabilizou duas ações resultantes em multas significativas no período de 2016 e em 2015 não divulgou nenhum dado a respeito. A empresa divulgou no Relatório de Sustentabilidade de 2017 que contabilizou apenas 1 ação

resultante em multa. No ano de 2018 a empresas evidenciou gastos decorrentes de ações protocoladas anteriormente ao período.

4.2.7 Quesito G: Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.

Este quesito se refere aos valores das multas e indenizações relativas a matéria ambiental. A JBS e a MARFRIG não evidenciaram em seus relatórios de sustentabilidade a existência de multas e indenizações ambientais no período de 2015 a 2018.

A BRF não evidenciou em seu relatório de sustentabilidade a existência de multas e indenizações ambientais no período de 2015 e 2016. Entretanto, em 2017 a empresa apresentou R\$ 1,19 bilhões em multas e indenizações e em 2018 R\$ 2,49 bilhões. As multas significativas são consideradas quando seus valores ultrapassam R\$ 150 mil, portanto, as multas consideradas insignificativas foram citadas, mas não houve a evidenciação de valores.

A minerva não evidenciou em seus Relatórios de Sustentabilidade a existência de multas e indenizações ambientais no período de 2015 e 2016. Em 2017 a empresa citou a existência de apenas uma multa ambiental no valor de R\$ 4 milhões, como o pagamento de uma multa decorrente de um processo protocolado em 2016, no valor de R\$ 12,5 milhões. Em 2018, foi apresentado os valores gastos com multas decorrentes dos anos anteriores, contudo, não houve a incidência de novas multas no período.

4.2.8 Quesito H: Passivos e contingências ambientais.

Esse quesito é referente aos passivos e contingências ambientais. Os passivos e contingências, inicialmente, podem ou não ser esperados. Deste modo, é realizado periodicamente uma avaliação para determinar uma potencial saída de recursos e quais valores (CPC 25, 2009).

A BRF, a JBS e a MINERVA não evidenciaram em seus Relatórios de Sustentabilidade se há ou não a existência de passivos e contingentes ambientais no período de 2015 a 2018.

A MARFRIG divulgou em seus relatórios, no período de 2015 a 2018, a existência de planos de contingência, porém não há especificação de valores.

4.3. Análise Final

A partir de uma tabela elaborada após a análise de cada quesito da NBC T 15 do período de 2015 a 2018, é possível identificar a evolução de cada empresa e item entre os períodos. Os dados podem ser verificados na tabela 7, sendo, na última linha, indicado o percentual individual da divulgação dos quesitos no Relatório de Sustentabilidade de cada empresa e pode ser comparado entre os períodos, cuja pontuação máxima poderia ser de 40 pontos.

Quesitos	BRF		JBS		MARFEIG		MINERVA		Total		Variação
	2015- 2016	2017- 2018	2015- 2016	2017- 2018	2015- 2016	2017- 2018	2015- 2016	2017- 2018	2015- 2016	2017- 2018	
A	-	-	4	4	3	-	4	-	11	4	-7
B	3	2	-	-	4	-	4	-	11	2	-9
C	-	-	-	-	3	-	4	-	7	0	-7
D	-	-	4	-	3	-	4	-	11	0	-11
E	-	-	-	-	4	-	-	-	4	0	-4
F	4	4	-	-	2	-	3	4	9	8	-1
G	-	3	-	-	1	-	-	4	1	7	6
H	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1	0
Total	7	9	8	4	21	1	19	8	55	22	-33
Percentual	17,5%	22,5%	20%	10%	52,5%	2,5%	47,5%	20%	34,4%	13,8%	-20,6%

TABELA 6 – Comparação dos quesitos avaliados conforme NBC T 15 (Escala de 0 a 5)

Fonte: Elaborada pela autora

Os quesitos que tiveram melhor evidenciação em 2015 e 2016 foram os quesitos A, B e D, e estes somaram um total de 11 pontos cada um. Isso significa que as empresas priorizaram, em seus Relatórios de Sustentabilidade, informações e valores dos investimentos, gastos com melhoria ambiental, preservação e recuperação de ambientes degradados e com educação ambiental externa.

Os quesitos que tiveram a maior redução do nível de evidenciação nos Relatórios de Sustentabilidade em 2017 e 2018, foram os itens A, B C e D. Deste modo, chegamos à conclusão que houve uma grande diminuição do interesse das empresas em divulgarem informações e valores dos investimentos, gastos com melhoria ambiental, preservação e recuperação de ambientes degradados e com educação ambiental.

Tendo em vista que, de modo geral, todos os quesitos sofreram uma grande redução no nível de evidenciação, o quesito G se destaca por ser o único item a que obteve uma evolução positiva, mesmo que pequena, passando de 1 ponto em 2015 e 2016, para 7 pontos em 2017 e 2018. Desta maneira, podemos observar um crescimento no interesse em divulgar as multas e indenizações relativas ao meio ambiente.

Empresa	2015 - 2016	2017 – 2018	Variação
BRF	17,5%	20%	5%
JBS	20%	10%	-10%
MARFRIG	52,5%	2,5%	-50%
MINERVA	47,5%	20%	-27,5%

TABELA 7 – Percentual de evidenciação
Fonte: Elaborada pela autora

A tabela 8 apresenta os percentuais do nível de evidenciação de cada empresa dividido por períodos. Deste modo, ao comparar o período de 2015 a 2016 com 2017 a 2018, é possível observar que o percentual de evidenciação uma redução significativa.

De modo geral, houve redução no percentual do nível de evidenciação. Entretanto, a BRF se destaca pois foi a única empresa que apresentou um aumento

no percentual, que significa uma melhora nas suas evidenciações. A MARFRIG também se destaca pois foi empresa com a maior diminuição no percentual do nível de evidenciação com uma queda de 50%.

Empresa	2015 - 2016	2017 – 2018
BRF	Ruim	Ruim
JBS	Ruim	Ruim
MARFRIG	Bom	Ruim
MINERVA	Regular	Ruim

TABELA 8 – Padrão de evidenciação (Faria e Pereira)
Fonte: Elaborada pela autora

A tabela 9 apresenta os níveis de evidenciação segundo as métricas de Faria e Pereira, que caracterizam como ruim, regular, bom e ótimo. Deste modo, é possível observar que as empresas que já eram consideradas ruins, em relação ao nível de evidenciação ambiental, se mantiveram ruins. As demais que eram consideradas como regular e bom, no período de 2017 a 2018, passaram a ser caracterizadas como ruim. Portanto, mesmo que a BRF tenha melhorado a sua evidenciação ambiental, não atingiu o percentual necessário para sair do nível ruim de evidenciação.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou um estudo sobre a transparência das empresas em relação as pautas ambientais no cenário atual, com base na análise do Relatório de Sustentabilidade perante os quesitos predefinidos na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental.

Deste modo, o objetivo geral foi identificar se as empresas de carne e derivados listadas na B3 pertencentes ao novo mercado estão evidenciando de forma efetiva as suas informações relacionadas ao meio ambiente em seus Relatórios de Sustentabilidade, no período de 2015 a 2018.

O objetivo proposto foi atingido, porém, os resultados apresentados não eram esperados. Uma vez que, já foi constatado que as empresas analisadas não evidenciaram, de forma efetiva, as informações necessárias nos anos de 2015 e 2016, os resultados encontrados em 2017 e 2018 foram inferiores a estes períodos.

Os níveis de evidenciação em 2015 e 2016 atingiram menos que 35% do esperado e em 2017 e 2018 caíram para 14% da evidenciação ideal. Deste modo, é nítido que as empresas não divulgam de forma clara quais os valores investidos e a maneira que esses recursos são aplicados. Por fim, acaba sendo uma gama de informações rasas e superficiais que não colaboram de forma efetiva para a identificação do real posicionamento dessas empresas em relação as pautas ambientais.

Nesse contexto, é possível questionar se as empresa estão publicando os Relatórios de Sustentabilidade por realmente se importarem com os impactos ambientais ou se o fazem apenas por pressão social. Assim como, tentar identificar se há algum motivo, talvez político ou econômico, para esta redução brusca do nível de evidenciação entre os períodos analisados. Dessa maneira, tais questionamentos são passíveis de transfigurarem em temas para pesquisas futuras a partir deste estudo apresentado.

6. REFERÊNCIAS

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BM&FBOVESPA – A nova bolsa. **Diversos**. 2017. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/. Acesso em: jan. 2021.

BORGES, A. P.; DA ROSA, F. S.; ENSSLIN, S. R. Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. **Produção On Line**, v. 20, n. 3, p. 404-417, 2010.

BRF. **Relatório de Sustentabilidade. 2018**. Disponível em: <<https://www.brf-global.com/responsabilidade-corporativa/meio-ambiente>>. Acesso em jan. 2021.

CARVALHO, M. C. M. **Construindo o Saber: técnicas de metodologia científica**, 2.ed. Campinas, São Paulo, 1989.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04. 16 Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental**. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em: jan. 2021.

CURY, T. **Saiba quais são os maiores importadores da carne brasileira**. 2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/economia/saiba-quais-sao-os-paises-que-mais-importam-carne-brasileira/>>. jan. 2021.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FARIA, A. C.; PEREIRA, R. S. Disclosure de Informações Socioambientais pelas maiores empresas do segmento químico e petroquímico no Brasil, a partir na NBC T-15. **Encontro da ANPAD, XXXIII**. São Paulo, set. 2009

FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, p. 374, 2016.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Diversos**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em: jan. 2021.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. [s.i.]: Atlas, 2012.

JBS. **Relatório de Sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <<http://jbss.infoinvest.com.br/ptb/4069/JBS%20RAS%202016%20PT%20170502%20Final>>. Acesso em: jan. 2021.

KOSZTRZEPA, R. **A evidenciação dos eventos relacionados com o meio ambiente**: um estudo em indústrias químicas. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -Departamento de Administração, Universidade Vale Dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

KRUGER, S. D. et al. **Práticas de Responsabilidade Social e Ambiental de Empresas Agroindustriais**. 2012. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/175.pdf>>. Acesso em: jan. 2021.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. Ed. Atlas, 2011.

LOURENÇO, A. G.; SCHRÖDER, D. S. Vale investir em Responsabilidade social empresarial: Stakeholders, ganhos e perdas. In: **Responsabilidade social das empresas**. São Paulo: Petrópolis, 2003. Cap. 3, p. 77-120.

MARFRIG, **Relatório de Sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <<http://www.marfrig.com.br/pt/sustentabilidade>>. Acesso em jan. 2021.

MARTINS, E. **Balanço social** – ideia que merece permanecer. Gazeta Mercantil. 18 set. 1997, p. A-3. Disponível em: <<http://www.kmpress.com.br/c0918a3ahtm>>.

MINERVA, **Relatório de Sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <<http://portal.minervafoods.com/sustentabilidade#relatorio>>. Acesso em jan. 2021.

MORAES, N. R. et al., Responsabilidade social empresarial, dever ou ética? conceitos, evolução e abordagens. Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação, Palmas, v. 1, n. 3, p. 235-257, set-dez. 2017

MORCERF, S. O. Responsabilidade social empresarial – Uma ferramenta estratégica de gestão. 2006. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/669_RESPONSABILIDADE_SOCIAL_EMPRESARIAL.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

OLIVEIRA, J. A. P. **Empresas na sociedade**: sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço Social: avaliação de informações. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, v. 15, p.21-34, dez. 2004.

QUINTANA, A. C.; BRANDÃO, C. T.; COELHO, D. M.; PAIVA, E. B.; RASIA, K. A. **Balanço social**: a resposta às novas exigências sociais. 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/07/acq.htm>>. Acesso em: jan. 2021.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social em ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SUAVE, R.; KROETZ, M.; BOFF, M. L.; DA ROSA, F. S.; LUNKES, R. J.
Evidenciação ambiental: convergências e divergências em diferentes cenários de resultados segundo NBC T.15. **Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí**, v. 1, n. 2, p. 53-64, 2012.

TINOCO, J. P. **Balanco Social e o Relatório da Sustentabilidade**. Atlas, 2010.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

VELLANI, C. L. **Contabilidade e responsabilidade social**: integrando desempenho econômico, social e ecológico. São Paulo: Atlas, 2011.